



## AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DE PROFESSORES TEMPORÁRIOS NO ENSINO SUPERIOR

WORKING CONDITIONS OF TEMPORARY TEACHERS IN HIGHER EDUCATION

Adelino Francklin<sup>1</sup>

<https://orcid.org/0000-0003-0971-6374>

Maria Cristina da Silveira Galan Fernandes<sup>2</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-8415-9400>

### Resumo:

A Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) possui um quadro de docentes temporários elevado. Nesse cenário, problematizamos as implicações da contratação temporária para o trabalho docente na UEMG, em uma de suas unidades acadêmicas. Nessa perspectiva, o presente artigo tem por objetivo analisar as condições de trabalho dos professores temporários, também chamados de convocados da UEMG, em uma de suas unidades acadêmicas. Consideramos que ainda há um número reduzido de publicações acadêmicas sobre as instituições de ensino superior (IES) públicas estaduais no que tange às contratações temporárias, sendo ainda menores as produções acadêmicas e científicas sobre esta situação vivenciada pela UEMG, o que demonstra a relevância acadêmica e social deste artigo. O levantamento bibliográfico referente às políticas neoliberais, à flexibilização do trabalho, às universidades públicas estaduais e sobre o trabalho docente, apresenta um viés marxista, somado à teoria bourdieusiana. A abordagem da pesquisa se caracteriza como qualitativa, tendo sido adotados como procedimentos de coleta de dados, o levantamento bibliográfico e entrevistas semiestruturadas realizadas com 10 professores convocados da UEMG. Buscamos conciliar a análise de conteúdo proposta por Bardin com os conceitos de *habitus*, campo e capitais em Bourdieu. As precárias condições de trabalho em face da interrupção dos contratos trabalhistas e disputas no processo seletivo simplificado (PSS) provocam um mal-estar entre os docentes e consequências negativas para a produtividade acadêmica.

**Palavras-chave:** *habitus*; intensificação; precarização.

### Abstract:

The State University of Minas Gerais (UEMG) has a high staff of temporary professor. In this scenario, we question the implications of temporary hiring for teaching work at UEMG, in one of its academic units. In this perspective, this article aims to analyze the working conditions of

<sup>1</sup> Docente da Universidade do Estado de Minas Gerais, Passos/Minas Gerais, Brasil.

<sup>2</sup> Docente da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/São Paulo, Brasil.

temporary professor, also called convened at UEMG, in one of its academic units. We consider that there is still a small number of academic publications on state public higher education institutions (HEIs) in terms of temporary contracts, with even fewer academic and scientific productions on this situation experienced by UEMG. For this reason, this article assumes academic and social relevance. The bibliographic survey referring to neoliberal policies, to the flexibilization of work, to state public universities and also about teaching work, presents a Marxist bias, added to the Bourdieusian theory. The research approach is characterized as qualitative, having been adopted as data collection procedures, the bibliographic survey and semi-structured interviews carried out with 10 convened teachers from UEMG. We seek to reconcile the content analysis proposed by Bardin with the concepts of habitus, field, and capitals in Bourdieu. The precarious working conditions due to the interruption of labor contracts and disputes in the simplified selection process (PSS) cause discomfort among teachers and negative consequences of academic productivism.

**Keywords:** habitus; intensification; precariousness.

## INTRODUÇÃO

Até o final do ano de 2020, os professores contratados temporariamente eram chamados no estado de Minas Gerais (MG) de designados. Neste mesmo ano, o Supremo Tribunal Federal (STF), por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n.º 5.267, considerou o artigo 10 da Lei estadual n.º 10.254, de 1990, que trata da contratação temporária para o exercício da função pública, no estado de MG (BRASIL, 2020), inconstitucional. Por sua vez, o governo estadual mineiro publicou o decreto n.º 48.109, de 30 de dezembro de 2020 (MINAS GERAIS, 2020), convocando os professores temporários para o ano seguinte. Devido a esta ação do governo estadual, no ano de 2021, os professores temporários passaram a ser conhecidos como convocados.

A UEMG está presente na capital Belo Horizonte (BH) e em outros 15 municípios do interior, em suas 20 unidades acadêmicas. Possui 21.000 alunos matriculados, 1.699 docentes e 133 cursos de graduação (UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2023, on-line).

Diversos estudos apontam para a precarização, flexibilização e intensificação do trabalho docente em universidades públicas estaduais brasileiras (ALVES; VALE; 2015, 2017; BERNARDO, 2020; BORGES, 2018; MANCEBO; GOULART; DIAS, 2010; PASSOS, 2014; SANTOS, 2015; SILVA, 2019; SOUZA, 2017 e TAVARES, 2011), entretanto, consideramos que ainda há um número reduzido de publicações acadêmicas sobre as instituições de ensino superior (IES) públicas estaduais no que tange às contratações temporárias, sendo ainda menores as produções acadêmicas e científicas sobre esta situação vivenciada pela UEMG, o que evidencia a relevância acadêmica e social da pesquisa.

Nesse sentido, a questão-problema que guia este estudo indaga sobre as implicações da contratação temporária para o trabalho docente na UEMG, em uma de suas unidades acadêmicas. Para responder tal questão consideramos principalmente os conceitos de campo, *habitus* e capital científico de Pierre Bourdieu, que permitem uma maior compreensão da universidade como um campo em disputa, com a valorização de determinados *habitus* e capitais próprios ao campo.

A teoria relacional de Bourdieu com seus conceitos de campo, *habitus* e capital científico apresentou-se como abrangente e adequada para o entendimento das possibilidades de alterações

do *habitus* profissional e das lutas em campo decorrentes da contratação temporária de professores no ensino superior e a consequente precarização do trabalho docente.

Bourdieu (2003) entende o conceito de campo como espaços simbólicos em que os agentes ocupam posições mais ou menos desiguais, sendo as propriedades acumuladas e disputadas dentro desse mesmo espaço simbólico.

Nessa perspectiva, Bourdieu (1983, p. 122) afirma que o mundo da ciência é um campo social como todos os outros (religioso, político, artístico etc.), “com suas relações de força e monopólios, suas lutas e estratégias, seus interesses e lucros, mas onde todas essas invariantes revestem formas específicas”.

Em sua obra, Bourdieu (2007b, p. 162) descreve o conceito de *habitus* como um “[...] princípio gerador de práticas objetivamente classificáveis e, ao mesmo tempo, sistema de classificação (*principium divisionis*) de tais práticas”. Em outras palavras, o *habitus* possui duas capacidades: produzir práticas e obras classificáveis; e diferenciar e apreciar essas práticas e esses produtos (gostos), o que “constitui o mundo social representado, ou seja, o espaço dos estilos de vida”.

Para este artigo, optamos por uma derivação do conceito de *habitus*, especificando um *habitus* profissional, referente ao *habitus* do professor universitário, que desempenha funções de ensino, pesquisa, extensão e, na maioria das vezes, funções de gestão. O *habitus* profissional dos docentes abrange também o seu *habitus* professoral e outros *habitus* inerentes à sua profissão.

No que concerne ao conceito de capital, adotamos especificamente a proposição de capital científico, sendo ele um dos capitais existentes na obra de Bourdieu (2004, p. 36), que pode ser classificado como puro (publicações de artigos científicos, organização de livros, patentes etc.) ou institucionalizado (cargos de chefia, participações em bancas julgadoras etc.). É no campo acadêmico, ou seja, na universidade, que os docentes disputam os capitais científicos, em suas duas espécies.

Nessa perspectiva, o presente artigo tem por objetivo analisar as condições de trabalho dos professores temporários, também chamados de convocados da UEMG, em uma de suas unidades acadêmicas.

## **OS CONTRATOS DE TRABALHO TEMPORÁRIOS PARA DOCENTES NO ENSINO SUPERIOR**

As principais transformações vivenciadas pelo Estado, afetando os campos econômico e político no decorrer do século XX e nas duas primeiras décadas do século XXI, são fundamentais neste estudo para compreendermos o que levou ao agravamento da precarização e intensificação no mundo do trabalho.

O Estado, com o monopólio da força física e o uso de um poder simbólico (BOURDIEU, 1996), exerce controle sobre a sociedade. A sociedade civil, por seu turno, reivindica e luta para que o governo, que representa as instituições estatais, mantenha ou conceda os direitos essenciais de diversas categorias existentes.

Nos anos finais da década de 1980 e também durante a década de 1990, Pierre Bourdieu dedicou parte de seus estudos à questão do Estado. Bourdieu (1996) entende que o Estado é

detentor de um metacapital, que propicia o controle sobre os mais variados campos e distintos capitais. A edificação do Estado está em paridade com o campo do poder, sendo esse um espaço de luta entre agentes que possuem capital para obterem o poder em relação ao Estado.

O campo de poder tem existência anterior ao Estado, porém eles ocupam posições próximas, que se inter-relacionam. Devido ao superpoder do Estado, à posse de metacapitais referentes à diversidade de capitais hierarquicamente superiores e capazes de controlar os demais capitais, a relação do Estado com os demais campos, em um campo de poder, é caracterizada pelo exercício do poder ideológico, simbólico, político, econômico e cultural, ao passo que os demais campos apresentam uma autonomia relativa. O metacapital é disputado no campo de poder. Adquirir este capital estatal implica posições de vantagens ou dominação sobre outros campos (DENORD, 2017).

Na década de 1970, o capitalismo enfrentou uma crise econômica, com a diminuição do crescimento econômico e o aumento da inflação. Na mesma década, os modelos de produção fordista e taylorista foram superados pelo modelo toyotista. Deste modo, a acumulação e o trabalho flexíveis, terceirizações, o modelo *just in time* e a automatização das etapas de produção (características do modelo Toyota), passaram a se difundir pelo mundo do trabalho. Este contexto integra o segundo movimento apresentado por Chesnais (1996), sendo também entendido pela substituição do trabalho especializado e estável do modelo fordista/taylorista, pelo trabalho por meio de contratos flexíveis (ANTUNES; ALVES, 2004).

Bourdieu (2012), como crítico do modelo econômico neoliberal, considerava que a mão direita (setor financeiro, econômico) do Estado não leva em consideração o que é indicado pela mão esquerda (setor social). Isso demonstra que o Estado neoliberal é omissivo, pois finge não perceber as desigualdades sociais e, conseqüentemente, não age para diminuí-las.

Os trabalhadores, no universo neoliberal, ficam desprovidos de características e sentimentos pessoais, a exemplo de preferências, gostos, sonhos, expectativas, angústias, pois o que interessa para os detentores do capital é a utilidade do trabalhador para a produção. Por isso, para economizar com folha de pagamento, com custos em relação aos funcionários, optam por contratos que sejam para curto prazo e ampliam a flexibilização das formas de contrato de trabalho (HARVEY, 2014; SILVA, 2021).

A flexibilização do trabalho impede que o profissional tenha acesso a um plano de carreira e possa desenvolver trabalhos a longo prazo, com a qualidade almejada. No modelo de contratação temporária, os agentes do campo são vistos como números pelos que ocupam posições dominantes. As relações entre os pares e também com os que ocupam posições superiores são frias, pouco amistosas e efêmeras.

A desvalorização da mão de obra e os ataques sofridos pelos servidores públicos são algumas das conseqüências do neoliberalismo. Bourdieu (1998) também considera que os países que adotaram o neoliberalismo apresentam um crescimento do número de trabalhadores temporários, em detrimento dos trabalhadores permanentes. Assim, a precarização e o trabalho flexível geram perdas das pequenas vantagens (que são tratadas como privilégios) que poderiam compensar a baixa remuneração, como a estabilidade no emprego, os planos de saúde e a aposentadoria.

Para Schlesener e Lima (2021, p. 2):

As instituições públicas concentram grande parte das pesquisas produzidas no país. No entanto, podemos observar aspectos que atingem diretamente as condições de trabalho dos docentes, como a não realização de concursos públicos; acúmulo de atividades de ensino, pesquisa e extensão; cortes nos financiamentos das pesquisas, especialmente nas áreas de Ciências Humanas e Sociais; ataque aos fundos de previdência; não cumprimento do plano de carreira dos docentes; e contratos temporários que inviabilizam as condições necessárias para a realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Os professores universitários brasileiros ainda gozam de um certo *status* social, porém o mesmo vem diminuindo nos últimos anos devido às condições precárias de trabalho e aos discursos ofensivos e caluniosos proferidos por agentes do campo político. Além das perdas em relação ao capital econômico, os docentes do ensino superior público brasileiro têm vivenciado uma diminuição de seu capital social. Além disso, a mercantilização da educação tem acentuado as contratações temporárias, o produtivismo e regimes parciais de trabalho, afetando o tripé ensino, pesquisa e extensão (BARROS; MELLO, 2021).

Em relação à precarização, flexibilização e intensificação do trabalho docente em três universidades públicas estaduais de São Paulo (SP), Souza (2017, p. 71) afirma que “[...] associações sindicais da USP, da UNICAMP e da UNESP têm apontado que o movimento de precarização, flexibilização e intensificação do trabalho tem conduzido a processos de adoecimento dos docentes e/ou a aposentadorias”.

O número de professores temporários nas três universidades públicas estaduais de São Paulo, citadas anteriormente, tem aumentado drasticamente, a exemplo da USP, que quintuplicou o número de tais contratações entre 2015 e 2017 e a UNESP, que chegou a contar com 800 professores temporários no ano de 2018 (SOUZA, 2018).

Também o produtivismo acadêmico tem sido levado às últimas consequências, de modo que o docente do ensino superior despense menor tempo para dormir, descansar, praticar atividades físicas e fazer algo que tenha prazer, que não seja o seu trabalho. Os artigos científicos elaborados e submetidos, as palestras ministradas, os projetos de pesquisa desenvolvidos e os livros organizados são sempre insuficientes, na ótica dos professores que se sentem pressionados pelas IES e programas de pós-graduação *stricto sensu*. O receio de perder o emprego ou ser superado por algum concorrente no campo, devido a uma possível redução na sua produção acadêmica, pode levá-lo ao adoecimento.

As publicações da rede Universitas/Br, que consiste em um grupo de pesquisadores que desenvolvem estudos e pesquisas sobre o ensino superior, desde o ano de 2008, têm apresentado uma gama de consequências negativas do produtivismo acadêmico, tais como o adoecimento, sofrimento, suicídio, a perda de sentido do trabalho, a intensificação, a precarização e sobrecarga de trabalho (SILVA, 2020).

## **METODOLOGIA**

O estudo realizado se caracteriza como pesquisa qualitativa. Os procedimentos de coleta adotados foram o levantamento bibliográfico, documental e entrevistas semiestruturadas realizadas com 10 professores convocados da UEMG, em uma de suas unidades acadêmicas.

Utilizamos como critério de escolha dos entrevistados a condição de estarem trabalhando nesta universidade desde o período que antecedeu a estadualização da antiga fundação de ensino superior para uma das unidades da UEMG. Foram selecionados dois professores de cada núcleo acadêmico (estrutura que existiu nos primeiros anos após a estadualização, devido à ausência de departamentos acadêmicos). No período que antecedeu a realização das entrevistas, o projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa, sendo entregue aos entrevistados uma das duas vias do Termo de Consentimento Livre Esclarecido, devidamente assinado.

Para garantir o anonimato dos entrevistados, utilizamos nomes fictícios, a saber: Anísio; Anália; Nísia; Macaé; Emília; Maria; Êda. Foram utilizadas para este texto partes da fala de sete, entre os 10 entrevistados.

Os sete docentes citados neste artigo pertenciam aos núcleos de Ciências Biomédicas e da Saúde (Êda e Nísia); Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas (Emília e Anísio); Educação (Macaé); Tecnologia e Engenharia (Anália) e Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão (Maria).

O levantamento bibliográfico foi realizado nas plataformas SciELO e Google Acadêmico. Foram consultados artigos científicos, teses de doutorado, dissertações de mestrado, entre outras fontes bibliográficas. O levantamento documental considerou principalmente documentos internos da UEMG e legislações do estado de Minas Gerais, principalmente.

Para o processo de análise de dados, conciliamos a análise de conteúdo proposta por Bardin (2002) com a análise relacional dos conceitos de *habitus*, campo e capitais em Pierre Bourdieu. A discussão metodológica na perspectiva bourdieusiana foi complementada com as contribuições de Grenfell (2018) sobre o referido teórico.

No que tange à metodologia de perspectiva bourdieusiana, Hardy (2018, p. 321) explica que há um compromisso “com um processo relacional, cíclico e complexo, mas que é capaz de oferecer uma representação dinâmica da atividade humana”, contribuindo para o entendimento das relações entre as “estruturas objetivas e experiências vividas pessoais”.

A análise dos dados referentes ao levantamento bibliográfico e documental, voltados às políticas neoliberais, à flexibilização do trabalho, às universidades públicas estaduais e sobre o trabalho docente, apresentam um viés marxista, somado à teoria bourdieusiana.

A delimitação deste artigo abarca os anos de 2014 a 2022, que corresponde ao período de estadualização de uma fundação de ensino superior pelo Governo do Estado de MG e os anos subsequentes até o desenvolvimento desta pesquisa, tendo como foco o trabalho docente dos professores convocados da UEMG. Não obstante, foram utilizadas fontes bibliográficas e documentais de anos anteriores, que contribuem para o entendimento do referido recorte temporal.

## PERCEPÇÕES DOS DOCENTES TEMPORÁRIOS ENTREVISTADOS SOBRE SUAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

As entrevistas com os professores temporários foram fundamentais para a compreensão do problema de pesquisa proposto, externalizando elementos de sua experiência profissional na UEMG. Entre as 22 perguntas do roteiro de entrevistas, realizamos um recorte para este artigo, em torno de questões sobre os possíveis prejuízos dos contratos temporários de docentes da UEMG para o ensino, pesquisa, extensão e atividades de gestão; as vantagens e desvantagens da

estadualização da fundação de ensino superior; as condições de precarização e intensificação do trabalho docente; o produtivismo acadêmico; aderência de disciplinas com a formação acadêmica dos docentes e o tempo disponível dos docentes para o exercício das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão na universidade.

A percepção de Anísio, um dos entrevistados, sobre docentes que deixam o cargo na UEMG quando surgem oportunidades melhores de trabalho nos remete a uma das consequências negativas da flexibilização das relações trabalhistas. Ele afirma que: *Surgindo uma oportunidade melhor, melhores vencimentos, o docente abandona cursos [em] que ele trabalha aqui, no momento que ele acha mais conveniente para ele, e não para a instituição* (ANÍSIO).

A falta de estabilidade nos cargos de docente e servidor técnico-administrativo também foi citada como um dos grandes prejuízos que a absorção da fundação de ensino superior<sup>3</sup> pela UEMG provocou. Uma das entrevistadas afirmou: *[...] a gente cumpria as obrigações e não tinha essa questão de terminar contratos, de ficar meses sem receber, essa indecisão, a gente não tinha* (ANÁLIA).

Para não cancelarem as aulas, improvisam e adaptam as aulas práticas, com quantidade insuficiente ou inexistente de recursos materiais. Nesse sentido, outra docente entrevistada afirma: *[...] o ano passado a gente teve a disciplina de gastronomia, e a gente não teve quase aula prática* (NÍSIA).

Todos os entrevistados concordaram que as condições de trabalho dos professores convocados é precarizada. Os docentes se referiram às condições materiais oferecidas na UEMG e à interrupção dos contratos de trabalho. *É muito precarizada, [devido a] essa instabilidade de você pensar que todo final de ano você tem que se submeter a um processo seletivo e você não sabe se vai dar certo* (MACAÉ).

A intensificação do trabalho devido às orientações de trabalhos de conclusão de curso (TCC) é constatada por meio do seguinte relato: *[...] agora eu oriento 4, 5, então, aumentou porque, são bem menos professores e mais alunos, nós temos salas cheias, eu tenho sala de 40 alunos* (EMÍLIA).

A maior parcela dos professores entrevistados confessou não ter tempo disponível para o planejamento e o desenvolvimento de pesquisa e extensão na UEMG, conforme explicita Maria: *[...] nós não temos horas para desenvolver pesquisa e extensão, uma vez que não temos expansão de carga horária para isso.*

O número de aulas semanais é um limitador do tempo disponível dos docentes: *[...] 20 horas de jeito nenhum, eu esse semestre estou com 12 aulas, sobram 8 horas para fazer tudo isso* (ANÁLIA).

Ainda sobre a disponibilidade de tempo, a entrevistada Êda afirma: *[...] o tempo não é o suficiente, ele teria que estar já previsto no cargo, então a gente faz porque gosta, e faz um grande esforço em poder realizar todas essas funções.*

---

<sup>3</sup> A antiga fundação foi criada no ano de 1965, e desde 1990 era agregada da UEMG. O processo de absorção e estadualização dessa fundação pela UEMG ocorreu no mês de novembro do ano de 2014. Tornou-se então a maior entre as 20 unidades dessa universidade pública estadual. A unidade possui 27 cursos de graduação, um programa de mestrado, aproximadamente 5.000 alunos e cerca de 300 professores.

A partir da articulação de tais percepções dos professores com a teoria bourdieusiana é possível realizar uma análise relacional sobre os contratos de trabalho temporário da UEMG, conforme se observa a seguir.

## OS CONTRATOS DE TRABALHO TEMPORÁRIOS NA UEMG E SUAS IMPLICAÇÕES NAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFESSORES CONVOCADOS

Os dados coletados para o desenvolvimento deste estudo, por meio de entrevistas semiestruturadas com docentes convocados, revelaram que eles possuem baixa remuneração, precárias condições de trabalho e estão submetidos ao produtivismo acadêmico.

Os contratos de trabalho flexíveis ou temporários implicam perda de direitos dos trabalhadores e quase sempre são considerados negativos para eles (BERNARDO, 2020). Entretanto, é possível que o vínculo de trabalho seja rompido a pedido do trabalhador, a exemplo do relato feito por Anísio, o que gera, no que tange ao lócus de estudos deste artigo, prejuízos para a universidade e principalmente para os estudantes.

O sentimento de não pertencimento à instituição, além da situação apresentada por Anísio, também enfraquece as mobilizações dos professores por melhores condições de trabalho. Exemplo como esse ocorreu no dia 18 de março do ano de 2022, momento em que os docentes da UEMG iniciaram uma greve, fortalecendo os movimentos grevistas que já estavam ocorrendo na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) e em diversas escolas de educação básica da rede pública estadual de MG (ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UEMG, 2022, online). A participação no movimento de greve na UEMG contou com a maioria de professores efetivos, tendo em vista que a maioria dos docentes temporários se sentiu insegura pela instabilidade dos seus contratos de trabalho e devido à possibilidade de atrasarem novas contratações via Processo Seletivo Simplificado (PSS)<sup>4</sup>.

Harvey (2014) aponta que a implementação de medidas neoliberais provoca redução de salários e de benefícios, bem como insegurança na manutenção do emprego. As universidades públicas estaduais, ancoradas nestas medidas promovidas pelo Estado, têm precarizado as relações de trabalho.

A aquisição de capital econômico é fundamental para a obtenção de outros capitais. É necessário que o docente tenha condições financeiras para participar de congressos científicos em outras cidades, publicar e comprar livros, realizar cursos, podendo, assim, ampliar as possibilidades de aquisição de capital científico e capital cultural objetivado. O seu capital social tende a depender do capital econômico (BOURDIEU, 2015; LAVAL, 2020).

É possível afirmar que os professores convocados da UEMG se inserem na categoria de classe-que-vive-do-trabalho e vendem a sua mão de obra como mercadoria (ANTUNES, 2009).

---

<sup>4</sup> Os Processos Seletivos Simplificados (PSS) da UEMG possuem duração de um ano, podendo ser prorrogados por mais um ano. No edital de PSS consta, entre outras informações, o barema, que é um quadro de pontuações para publicações, experiência profissional, titulação e outros itens de pontuação. Não há prova escrita e didática, de modo que o docente realiza a inscrição apenas para uma seleção de titulação. O edital de PSS geralmente é elaborado por uma Comissão de Convocação Temporária e os examinadores são indicados por ela ou pelas Direções Acadêmicas de unidades. Os docentes examinadores devem ser efetivos e não necessariamente devem ser da mesma unidade acadêmica em que esteja ocorrendo o PSS.



Observamos que o valor da sua mão de obra é calculado pela titulação que possuem, sendo a de doutor a mais valorizada e a de especialista a que recebe menor remuneração.

Os trabalhadores que assumem vínculos flexíveis de trabalho, com a incerteza perante a continuidade ou não dos seus contratos trabalhistas, assumem esta condição, não porque podem escolher, mas por razões de subsistência. Assim, as contratações temporárias permanecem (SILVA, 2019). Nessa perspectiva, os docentes que continuaram a trabalhar na UEMG, e que foram docentes da antiga fundação de ensino superior, mesmo considerando a sua situação de trabalho inferior, mantiveram-se na instituição pelo fato de terem alguma necessidade de manterem o vínculo com esta IES, mesmo que frágil.

A contratação temporária dificulta a união entre os docentes para reivindicar melhores condições de trabalho. Devido à incerteza quanto ao trabalho no próximo ano, bem como pela rotatividade de professores, as mobilizações para solicitação de recursos essenciais para o exercício das funções, torna-se uma tarefa complexa. Não há uma unidade entre os agentes que atuam nesse campo, visto que há divisões entre os novatos e os consagrados (que também são convocados), e não sabem se ocuparão alguma posição no campo nos anos subsequentes.

Conforme afirma Maton (2018, p. 76),

[...] as práticas não são simplesmente o resultado de nosso *habitus*, e sim de relações entre nosso *habitus* e nossas circunstâncias atuais. Dito de outro modo, nós não podemos compreender as práticas dos atores em termos apenas de seus *habitus* – o *habitus* representa simplesmente uma parte da equação; a natureza dos campos onde ele está ativo é igualmente crucial.

Deste modo, o professor temporário, que já recebe uma baixa remuneração, e precisa trabalhar com escassos recursos materiais, pode ter seu *habitus* profissional alterado devido às circunstâncias do campo, haja vista que o *habitus* é um sistema de disposições duráveis, mas não estáticas. Exemplo dessa situação vivenciam os professores temporários da área da saúde, que possuem quantidade significativa de aulas práticas e por diversas vezes não possuem espaço físico, materiais e insumos indispensáveis para a realização das aulas.

No que concerne ao *habitus*, Bourdieu (2001, p. 169) explica que enquanto formas de agir, perceber, apreciar, possibilitam a externalização de práticas ou “estratégias adaptadas e incessantemente renovadas, situadas, porém nos limites das restrições estruturais de que são o produto e que as definem”. Constatamos que os professores temporários da UEMG precisam se adaptar ou até mesmo improvisar para ministrar alguns conteúdos, que precisariam de recursos materiais para as aulas práticas. Estas práticas adaptadas ocorrem principalmente devido à ausência de políticas públicas por parte do Estado para a manutenção e fortalecimento do ensino superior público estadual, ou seja, a UEMG obteve uma expansão de unidades, aumento do número de alunos e docentes, mas sem receber recursos financeiros necessários do Estado para o bom funcionamento desta IES.

Nessa perspectiva, as estratégias utilizadas pelos professores convocados são utilizadas de acordo com as condições impostas pelo campo, assim como suas práticas passam por adaptações diante das limitações existentes.

Ao analisar as implicações do neoliberalismo para a sociedade, Bourdieu (2012) entende que a ausência do Estado, a diminuição de verbas e políticas sociais, provocou efeitos nocivos à sociedade e às instituições democráticas.

Tendo em vista que o Bourdieu entende seus conceitos de modo relacional, “o campo e o *habitus* constituem uma dialética através da qual práticas específicas produzem e reproduzem o mundo social que ao mesmo tempo os cria” (THOMSON, 2018, p. 106). Deste modo, o *habitus* profissional dos professores convocados, em relação às condições postas pelo campo, possivelmente é alterado em decorrência da interiorização da exterioridade (quando o docente interioriza as condições precárias de trabalho na UEMG) e da exteriorização da interioridade (quando as suas práticas são exteriorizadas).

Com base em Bourdieu, Maton (2018, p. 77) afirma que “O ‘campo’, como parte dos contextos contínuos em que vivemos, estrutura o *habitus*, enquanto ao mesmo tempo o *habitus* é a base da compreensão que os atores têm de suas vidas, incluindo o “campo””. Deste modo, entendemos que o *habitus* profissional dos docentes temporários pode ser afetado pelas condições precárias existentes no campo.

Observamos que a precarização do trabalho docente na Educação Superior por meio da contratação temporária provoca uma desprofissionalização, tendo em vista a natureza do trabalho docente (TAVARES, 2011). A entrevistada Macaé elencou a instabilidade dos cargos como elemento de precarização, visto que os professores temporários não adquirem um sentimento de pertencimento à instituição, podendo abandoná-la assim que adquirem uma nova oportunidade de trabalho que lhes ofereça mais segurança ou melhor remuneração, conforme apontado anteriormente.

Os resultados da pesquisa permitem compreender que a intensificação do trabalho docente dos professores convocados da UEMG pode levar os professores ao adoecimento, a exemplo de casos de estresse, crises de ansiedade, Síndrome de *Burnout* e depressão. Ainda assim, muitos docentes não deixam de trabalhar devido a problemas que afetam a sua saúde, pois temem serem ultrapassados por concorrentes que irão pleitear vagas no PSS. Quando apresentam um afastamento por licença saúde ou exoneram o cargo, geralmente é porque chegaram a uma situação extrema de adoecimento.

Uma pesquisa realizada com 113 professores da UEMG, Unidade Passos, no ano de 2019, levando em consideração a exaustão emocional, a despersonalização e a realização profissional, que são elementos utilizados conjuntamente para verificar se há alguma manifestação da Síndrome de *Bournout*, constatou que 36 docentes apresentavam índices elevados, que podem indicar características da síndrome (PALAGE; SILVA; CARMO; ANDRADE; BORGES; ARAÚJO, 2020).

Nessa ótica, Atayde (2013) explica que a lógica do mercado implementada na universidade leva os agentes a acreditarem que adoecer significa não estar apto para jogar o jogo, tal como o produtivismo acadêmico determina.

O produtivismo, já vivenciado nas universidades públicas brasileiras e apontado como um dos fatores que levam ao adoecimento de docentes (SILVA, 2020), pode estar sendo estimulado

ainda mais na UEMG, via PSS, pois gera-se a sensação de que toda a produção acadêmica realizada é insuficiente e inferior à de um concorrente no campo.

A qualidade do trabalho também é prejudicada em face do produtivismo e intensificação do trabalho docente. A publicação aligeirada de capítulos de livros e a orientação de número elevado de trabalhos acadêmicos são práticas que podem ter o intuito de enriquecer o currículo *Lattes*, podendo prejudicar a qualidade do trabalho, caso o tempo seja insuficiente para desempenhar todas as atividades. Deste modo, os capitais que são almejados por cada agente no campo não são rentáveis para todos, a exemplo dos discentes da UEMG, apresentando ganhos apenas para o agente que está em busca de determinados capitais.

Geralmente, os Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) apresentam um limite de orientandos para cada orientador, que não é respeitado por algumas razões. Ademais, enquanto alguns professores não possuem orientandos, devido à sua formação acadêmica muito específica e que desperta menos interesse pelos estudantes, outros professores são mais convidados para serem orientadores, gerando uma sobrecarga de trabalho e intensificação.

De acordo com Bourdieu (1983, p. 134) “A estrutura da distribuição do capital científico está na base das transformações do campo científico e se manifesta por intermédio das estratégias de conservação ou de subversão da estrutura que ela mesma produz”. Deste modo, tende a ser frequente que professores temporários da UEMG pleiteiem cargos no PSS em que constem disciplinas sem aderência com a sua formação acadêmica, entendendo ser este o caminho apresentado para manterem a sua posição no campo científico e, com o acúmulo de capital científico, poderem, eventualmente, lutar para transformar as estruturas deste campo.

O fato de que os professores temporários da UEMG, em diversas ocasiões, precisem lecionar disciplinas sem aderência com a sua formação acadêmica e assumir disciplinas distintas de um ano para o outro é também reflexo das transformações no mundo do trabalho, que passou do binômio fordista/taylorista, constituído por trabalhadores estáveis e especializados, para o modelo toyotista, caracterizado pela flexibilização no trabalho (ANTUNES; ALVES, 2004). Espera-se que o trabalhador tenha multifuncionalidade, polivalência, versatilidade e que seja generalista (ANTUNES, 2019; ROSSO, 2008).

Um campo existe e funciona somente quando há agentes que ocupam posições mais ou menos desiguais e que possuem um *habitus* característico deste campo, mostrando-se dispostos a jogar o jogo que lhes é próprio (SEIDL, 2017). Por essa razão, os candidatos a vagas do PSS da UEMG são informados das disciplinas que estão alocadas em cada cargo por meio do edital, e decidem participar da disputa por não terem outras opções para tentarem se inserir ou se manter no campo. Recusar lecionar determinadas disciplinas implicaria abdicar de um cargo e somar prejuízos para disputas futuras.

A falta de tempo de trabalho para pesquisa e extensão, apontada pela docente entrevistada Maria, reduziu-se ainda mais no ano de 2022. Isto se deve ao fato de que a Resolução CONUM/UEMG N° 482 (UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2020a, online), foi utilizada como fundamentação para padronizar a carga horária semanal dos docentes convocados via PSS ou pela listagem do concurso público (sem nomeá-los efetivos) para 30 horas. Apesar de uma parcela de docentes sentirem-se favorecidos, tendo em vista que tiveram direito a receber a ajuda de custo UEMG/UNIMONTES e remuneração superior à de um cargo de 20 horas

semanais, outros consideraram-se prejudicados, visto que passaram a ministrar de 16 a 18 aulas semanais por um cargo, dificultando a conciliação com outro cargo de ensino.

Geralmente, o professor temporário necessita despender um tempo maior para a preparação de aulas, para a elaboração de um projeto de pesquisa ou extensão, visto que não são todos que possuem experiência acumulada em anos anteriores para desenvolver todas estas atividades com agilidade e amplo domínio sobre os conteúdos (BERNARDO, 2020). Assim, os professores temporários, mesmo sem um tempo justo disponível para desenvolverem pesquisa e extensão, buscam desenvolver projetos no momento que poderiam destinar ao lazer, à família, aos amigos etc.

Devido à constante necessidade de ampliação de capital científico (BOURDIEU, 2004), notamos que os professores convocados utilizam o tempo fora do que é estabelecido pela carga horária do seu emprego para se dedicarem à pesquisa, extensão, submissões de artigos e atividades que possam enriquecer o seu currículo *Lattes*, para assim buscarem ter uma melhor posição no campo, ou seja, terem uma classificação melhor na competição, conforme as regras do jogo (que é o barema do PSS). “O que está em jogo no campo é a acumulação de capitais: eles são tanto o processo num campo quanto o produto dele” (THOMSON, 2018, p. 98).

O conceito de interesse em Bourdieu auxilia nossa reflexão. Conforme afirma Laval (2020, p. 202):

[...] o uso do conceito de interesse não pode ser desvinculado de uma concepção da ação humana: se não é pela intenção que agimos, nem com a consciência clara dos fins e dos meios, toda ação tem razões que se pode compreender, embora elas sejam largamente inconscientes. Todo agente localizado em determinado campo, em certa posição e dotado de capitais suficientes para jogar com algumas chances objetivas de sucesso é conduzido pelo efeito do próprio campo a se engajar em um jogo competitivo, a desenvolver uma conduta acumuladora e a dissimular para si mesmo seus interesses subjacentes a uma visão particular, ainda que com pretensão universal, sobre o que está em questão nas lutas no interior de um campo.

Observamos, por meio da declaração de Êda, que possivelmente os professores temporários são dotados de uma *illusio*, ou seja, de um interesse ou encantamento para entrar no jogo e incorporarem as regras do jogo, fazendo sentido para estes agentes o jogo jogado (FERNANDES, 2019).

O tempo que os docentes necessitam para prepararem as aulas, buscarem uma atualização sobre os conteúdos que serão ministrados, elaborarem e corrigirem atividades avaliativas e lançarem notas e frequências no sistema acadêmico, *Web Giz*, é insuficiente.

Acumular as duas espécies de capitais científicos concomitantemente é uma tarefa bastante difícil, na concepção de Bourdieu (DESLANDES; MAKSUD, 2019). Destarte, os professores temporários que ocupam funções de gestão, tais como coordenação de curso, presidência do Núcleo Docente Estruturante (NDE), coordenação de laboratórios, núcleos ou centros, geralmente não possuem tempo para se dedicarem à submissão de artigos científicos, publicação de capítulos de livros, apresentação de trabalhos em congressos científicos, entre outras formas de capital científico puro (BOURDIEU, 2004).

No que concerne às funções de gestão, no ano de 2021, ocorreram desentendimentos entre professores temporários e efetivos na UEMG durante o processo eleitoral para a eleição de Diretor e Vice-Diretor. Seguiu-se o que já estava estabelecido em editais anteriores para eleições de Diretores e Vice-Diretores de outras unidades acadêmicas da UEMG. Entre os quesitos que geraram insatisfação de parte dos docentes convocados, foi o de que apenas docentes efetivos poderiam votar e se candidatar às referidas funções (MINAS GERAIS, 2021, on-line).

Conforme afirma Lahire (2017, p. 32):

Dentre as estratégias invariantes, achamos a oposição entre as estratégias de conservação e as estratégias de subversão (concernentes ao estado da relação de forças existente). As primeiras cabem frequentemente aos dominantes e as segundas, aos dominados (e, dentre eles, mais particularmente, aos “novatos”). Essa oposição pode tomar a forma de um conflito entre “antigos” e “modernos”, “ortodoxos” e “heterodoxos”, “conservadores” e “revolucionários” etc.).

Nessa perspectiva, a insatisfação dos docentes temporários era compreensível perante os critérios citados anteriormente, tendo em vista o número reduzido de docentes efetivos em relação ao número de docentes temporários, mediante a pressuposição de que não seriam representados. Entretanto, havia também fundamentação legal e argumentos sólidos, a exemplo da possível interrupção de contratos para os docentes convocados, que justificam a restrição para que somente efetivos pudessem pleitear a função de Direção Acadêmica.

A partir do dia 02 de julho do ano de 2022 até a posse dos eleitos, ficou proibida a contratação temporária e nomeação de professores efetivos na UEMG, em conformidade com o art. 6º da Resolução Conjunta SEGOV/SEC-GERAL/AGE nº 1/2022. (UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2022). Diante dessa vedação, diversas disciplinas foram atribuídas a professores que já estavam na ativa ou não foram ofertadas no ano de 2022.

No dia 25 de maio de 2022, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) definiu como inconstitucional as contratações temporárias no estado de MG para a educação básica e para o ensino superior (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2022, on-line). A decisão reforçou a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n. 5.267 (BRASIL, 2020, on-line). Diante desse fato, a pressão para que governo estadual realize novos concursos públicos aumentou, apesar das limitações impostas pelo período eleitoral. Entendendo que “o Estado, por si, é um espaço de lutas entre grupos no qual cada um tentará impor sua compreensão do mundo social como legítima” (SWARTZ, 2017, p. 91), a legitimidade que o governo estadual possuiu por décadas para estabelecer como regra algo que é exceção (as contratações temporárias para a docência no estado de MG) é fragilizada perante a decisão do poder judiciário.

Nesse panorama, as entrevistas concedidas pelos 10 professores temporários da UEMG, que trabalhavam em uma das unidades acadêmicas, nos apresentaram inúmeros elementos que se relacionam à precarização e intensificação do trabalho docente no ensino superior público estadual de MG. A unidade dos entrevistados é a maior entre as vinte unidades da UEMG, o que remete a um elevado percentual de alunos e professores desta universidade.

Os dados apresentados e analisados revelam a urgência de se organizar uma luta permanente, por parte de estudantes e professores, em prol de melhores condições de trabalho para os professores e realização de concursos públicos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As precárias condições de trabalho dos professores temporários da UEMG, marcada pela baixa remuneração, escassos recursos materiais, contratos de trabalhos flexíveis, entre outros, remete à reduzida autonomia desta universidade em relação ao campo de poder, representado pelo Estado.

Os docentes temporários da UEMG lecionam disciplinas sem aderência com a sua formação acadêmica e em diversas ocasiões precisam se adaptar devido aos insuficientes recursos materiais que possuem para trabalhar, o que pode levar a alterações em suas práticas.

A participação no PSS da UEMG, anualmente ou a cada dois anos, faz com que um mal-estar e disputas no campo sejam vivenciadas entre os docentes, que, mesmo com precárias condições de trabalho, precisam entrar na lógica do produtivismo acadêmico, visando a uma maior pontuação no PSS do qual participarão futuramente. Deste modo, entendemos que as mudanças em suas práticas podem, com o tempo (haja vista que participam por anos de PSS), reconfigurar o seu *habitus* profissional, visto que priorizam o que é pontuado pelo PSS em detrimento da preparação de aulas com boa qualidade, por exemplo.

A elevada rotatividade de docentes dificulta a organização de mobilizações em prol de melhores condições de trabalho. Somado a isto, nota-se que há um interesse, uma *illusio* entre os docentes, de que vale a pena jogar o jogo, ou seja, é rentável acumular os capitais científicos distribuídos no campo para se manter nas disputas.

Entendemos ser urgente que mobilizações sejam realizadas por servidores e estudantes da UEMG para que novos editais de concursos públicos sejam publicados. De resto, com a continuidade do PSS, o que se constatará é a permanência das condições precárias e intensificadas de trabalho dos professores temporários.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Danielle Coelho; VALE, Erlenias Sobral do. Trabalho Docente precarizado: condições de trabalho dos professores substitutos da UECE. JORNADA INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS, VII. **Anais...** São Luís, Maranhão, UFMA, ago. 2015. p. 1-14. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo2/trabalho-docente-precarizado-condicoes-de-trabalho-dos-professores-substitutos-da-uece.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2022.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. Da educação utilitária fordista à da multifuncionalidade liofilizada. In: SILVA JÚNIOR, João dos Reis; CHAVES, Vera Jacob; OTRANTO, Celia; ROTHEN, José Carlos. **Das crises do capital às crises da educação superior no Brasil**: novos e renovados desafios em perspectiva. 1 ed. Uberlândia: Navegando, 2019. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/livro-anped>. Acesso em: 25 ago. 2022.

ANTUNES, Ricardo.; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação e Sociedade**, v. 25, n. 87, p. 335-351, mai./ago. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2022.

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UEMG. **Em assembleia histórica, docentes da UEMG deliberam pela greve por tempo indeterminado.** 15 de março de 2022. Disponível em: <https://www.aduemg.org/single-post/em-assembleia-hist%C3%B3rica-docentes-da-uemg-deliberam-pela-greve-por-tempo-indeterminado>. Acesso em: 25 jun. 2022.

ATAYDE, Vanessa Martins de. **Dinâmicas do reconhecimento:** a (re) constituição do *habitus* do professor universitário. (Universidade Federal de São Carlos). 2013. 184f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2646/4956.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 ago. 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Edições 70, 2002.

BARROS, L. A.; MELLO, F. M. Notas sobre os impactos da mercantilização do ensino superior no trabalho docente. In: SEMINÁRIO GEPRÁXIS, VIII, **Anais ...**, v. 8, n. 15, Vitória da Conquista, maio, 2021. p. 1-12. Disponível em: <http://anais.uesb.br/index.php/semgepraxis/article/viewFile/9932/9736>. Acesso em: 25 ago. 2022.

BERNARDO, Kelen Aparecida da Silva. **Flexibilização contratual no setor público:** condições e relações de trabalho dos professores temporários nas universidades estaduais do Paraná. (Universidade Federal do Paraná). 2020. 331f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/67161>. Acesso em: 25 ago. 2022.

BORGES, Liliana. A institucionalização da UEMG. SEMINÁRIO NACIONAL UNIVERSITAS, XXVI. Políticas, gestão e direito à educação superior: novos modos de regulação e tendências em construção. **Anais do...**, 2018. Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B9N6f556vQkkaTZHcjzVHVPRV8zR11VSkotdGRMMktNWndZ/view>. Acesso em: 25 ago. 2022.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu:** sociologia. Tradução Paula Monteiro e Alícia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155. (Grandes Cientistas Sociais, n. 39).

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas.** Sobre a teoria da ação. Tradução Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papius, 1996. 224p.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos:** táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Tradução Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações Pascalianas.** Tradução Sérgio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. 324p.

BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades dos campos. In: BOURDIEU, Pierre **Questões de sociologia.** Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Fim de Século, 2003. p.119-126.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção:** crítica social do julgamento. Tradução Daniela Kern; Guilherme Teixeira. São Paulo: Edusp, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas.** 8 ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ADI nº 5.267. Relator: Ministro Luiz Fux. Brasília, DF, 30 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/295199576/stf-30-04-2020-pg-78>. Acesso em: 25 ago. 2022.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Tradução Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

DENORD, François. Campo do poder. In: CATANI, Afrânio Mendes; NOGUEIRA, Maria Alice; HEY, Ana Paula; MEDEIROS, Cristina Carta Cardoso (Org.). **Vocabulário Bourdieu**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 75-77.

DESLANDES, Suely; MAKSUD, Ivía. Capitais científicos em saúde coletiva: proposta de análise inspirada nas fontes utilizadas na obra *Homo academicus*. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v. 28, n. 3, p. 324-336, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v28n3/1984-0470-sausoc-28-03-324.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2022.

FERNANDES, Maria Cristina da Silveira Galan. Reflexões sobre a produção do conhecimento no campo acadêmico-científico: *illusio* e meritocracia. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 13, n. 3, p. 921-937, set./dez. 2019. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/issue/view/37/showToc>. Acesso em: 25 ago. 2022.

GRENFELL, Michael. Metodologia. In: GRENFELL, Michael. **Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais**. Tradução Fábio Ribeiro. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018. p. 276-295.

HARDY, Cheryl. Espaço Social. In: GRENFELL, Michael. **Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais**. Tradução Fábio Ribeiro. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018. p. 296-321.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. Tradução Adail Sobral; Maria Stela Gonçalves. 5 ed., São Paulo: Edições Loyola, 2014.

LAHIRE, Bernard. Os limites do conceito de campo. In: SOUZA, Jessé; BITTLINGMAYER, Uwe. (Orgs.). **Dossiê: Pierre Bourdieu**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017. p. 29-80.

LAVAL, C. **Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal**. Trad. Márcia Pereira Cunha, Nilton Ken Ota. São Paulo: Elefante, 2020. 320p.

MANCEBO, Deise.; GOULART, Samira M. S.; DIAS, Viviane da Cunha. Trabalho Docente na UERJ (1995-2008): intensificação, precarização e efeitos de subjetivação. SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA REDE DE PESQUISADORES SOBRE ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO. Rio de Janeiro, abr., 2010. **Anais...** Rio de Janeiro, abr., 2010. Disponível em: <http://www.rephip.unr.edu.ar/bitstream/handle/2133/3987/Mancebo,%20Goulart%20e%20Dias.pdf?sequence=3>. Acesso em: 25 ago. 2022.

MATON, Karl. *Habitus*. In: GRENFELL, Michael. **Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais**. Tradução Fábio Ribeiro. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018. p. 73-94.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 48.109, de 30 de dezembro de 2020**. Dispõe sobre a convocação de profissionais para o exercício das funções de magistério nas unidades de ensino de educação básica e superior dos órgãos, autarquias e fundações do Poder Executivo. Belo Horizonte, 31



dez., 2020. Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/1KONASxR0bK9H2gGxuWj1mj59JE3QXU3n/view>. Acesso: 25 ago. 2022.

MINAS GERAIS. Diário do Executivo. Edital Nº 05/2021 que trata da eleição para provimento dos cargos de Diretor (a) e Vice-Diretor (a) da Unidade Acadêmica de Passos. Belo Horizonte, sábado, 03 de julho de 2021. 2021. Disponível em:

<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/1134645842/doemg-executivo-03-07-2021-pg-35>. Acesso: 19 jun. 2022.

PALAGE, Francine Silva; SILVA, Policardo Gonçalves da; CARMOS, Tania Maria Delfraro; ANDRADE, Raquel Dully; BORGES, Amanda Aparecida; ARAÚJO, Luana Matos Silva.

Prevalência da síndrome de burnout em professores de uma universidade do Estado de Minas Gerais. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v. 3, n. 4, p. 10619-10663, jul. /ago.

2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/15153>. Acesso em: 25 ago. 2022.

PASSOS, Rachel Gouveia. O trabalho do professor substituto na FSS/UERJ: limites e impasses frente à precarização. **Trajetória da Faculdade de Serviço Social da UERJ: 70 anos de história**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2014. p. 339-355.

ROSSO, Sadi Dal. **Mais trabalho!**: a intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008. 208p.

SANTOS, Neide Elisa Portes. As transformações no Trabalho docente da Universidade do Estado de Minas Gerais frente às reformas de Estado e da Educação dos anos 2000. REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 37, Florianópolis, UFSC, out., 2015. **Anais...** Florianópolis, UFSC, out. 2015. Disponível em: <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT11-4233.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2022.

SEIDL, Ernesto. Jogo. In: CATANI, Afrânio Mendes; NOGUEIRA, Maria Alice; HEY, Ana Paula; MEDEIROS, Cristina Carta Cardoso (Org.). **Vocabulário Bourdieu**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 241-243.

SILVA, Eduardo Pinto e. Trabalho e subjetividade na Universidade: Por uma visão global e multifacetada dos processos de sofrimento e adoecimento. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 28, n. 14, p. 1-30, 2020. Disponível em:

<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7444033>. Acesso em: 25 ago. 2022.

SILVA, Lorena de Macedo Oliveira. **O professor temporário no ensino superior público em Goiás: uma contratação atípica**. (Universidade Federal de Goiás). 2019,129f. Dissertação (Mestrado em Gestão Organizacional) - Programa de Pós-Graduação em Gestão Organizacional, Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2019. Disponível em:

<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/9592>. Acesso em: 25 ago. 2022.

SILVA, Jailton Santos. **Trabalho docente: a condição dos professores substitutos na universidade**. Trabalho de Conclusão de Curso – (Monografia de Licenciatura em Ciências Humanas) – Universidade Federal do Pampa, São Borja, 2021. Disponível em:

<https://dspace.unipampa.edu.br/bitstream/rii/6203/1/Jailton%20Santos%20Silva%202021.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2022.

SCHLESENER, Anita H.; LIMA, Michelle F. Reflexões sobre a precarização do trabalho docente no Ensino Superior brasileiro. **Revista Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 16, p. 1-17, 2021. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/15116/209209213676>. Acesso em: 25 ago. 2022.

SOUZA, Aparecida Neri de. Trabalho docente em Universidades Públicas – olhares cruzados: Brasil e França. Espacios em Blanco. **Revista de Educación**, Universidade Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, Buenos Aires, n. 27, p. 63-65, jun. 2017.

SOUZA, Aparecida Neri de. Trabalhar na universidade pública no Brasil, lugar de trabalho, qual trabalho? **Revista da ABET**, v. 17, n. 1, p. 78-93, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/abet/article/view/41166/20626>. Acesso em: 25 ago. 2022.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Leis de MG que permitiam convocação temporária de professores sem concurso são inválidas, decide STF**. 25 de maio de 2022. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=487720&ori=1>. Acesso em: 25 jun. 2022.

SWARTZ, David. O Estado como banco central do crédito simbólico. In: SOUZA, Jessé; BITTLINGMAYER, Uwe. (Orgs.). **Dossiê: Pierre Bourdieu**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017. p. 81-104.

TAVARES, André Luís dos Santos. **A precarização do trabalho docente na educação superior: um estudo sobre a contratação temporária de docentes na universidade do estado do Pará**. (Universidade Federal do Pará). 2011, 268 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação. Belém (PA), 2011.

THOMSON, Patrícia. Campo. In: GRENFELL, Michael. **Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais**. Tradução Fábio Ribeiro. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018. p. 95-114.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **A UEMG em números**. 26 de março de 2023. Belo Horizonte, 2023. Disponível em: <https://uemg.br/home/universidade/uemg-em-numeros>. Acesso em: 23 mar. 2023.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Resolução CONUN/UEMG N° 482, de 30 de dezembro de 2020**: Estabelece as regras de convocação para a função temporária de Professor de Educação Superior no âmbito da Universidade do Estado de Minas Gerais. 31 de dezembro de 2020. Belo Horizonte, 2020a. Disponível em: <https://www.uemg.br/resolucoes-conun/5481-resolucao-conun-uemg-n-482-de-30-de-dezembro-de-2020>. Acesso em: 19 jun. 2022.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. MEMORANDO-CIRCULAR n° 26/2022/UEMG/GRH/ADMINPESSOAL. Resolução Conjunta SEGOV/SEC-GERAL/AGE n° 1, de 05 de janeiro de 2022 – divulga normas eleitorais aplicáveis aos agentes públicos da administração pública direta e indireta do Poder Executivo Estadual e recomenda as cautelas administrativas e funcionais para a observância das vedações e o integral cumprimento das disposições legais em face das eleições do ano de 2022. Belo Horizonte, 26 de maio de 2022. Referência: Processo n° 2350.01.0007079/2022-65. SEI n° 47205247, 2022.

Recebido em: 26/08/2022

Aceito em: 08/05/2022